

História, mulher e educação na Amazônia paraense na primeira metade do século XX

History, women and education in the paraense Amazon in the first half of the 20th century

Livia Sousa da Silva
Elianne Barreto Sabino
Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém-Brasil

Resumo

O presente texto versa sobre a relação mulher, história e educação. Tendo como principal objetivo, sobrelevar o protagonismo das mulheres na educação da cidade de Belém na primeira metade do século XX, ao destacar o número reduzido de fontes sobre as mulheres educadoras, o que dificulta o resgate da visibilidade feminina na história da educação paraense. Nossa principal fonte de pesquisa é a *Revista Escola: Revista do professorado do Pará*, privilegiamos como sujeitos históricos Maria Antonieta Serra Freire e Nina Ayres. Ratificamos a importância e competência intelectual de ambas, no que se refere às questões educacionais em Belém, sobretudo por se tratar de uma revista de prestígio na época em questão. Mulheres que conquistaram espaço na imprensa e na educação do Estado, num momento em que, ainda, se via com certo preconceito, o trabalho feminino fora do âmbito privado, do lar.

Palavras-chave: Mulher; Educação; História.

Abstract

This text is about the relationship between women, history, and education. With the main objective, highlight the protagonism of women in education in the city of Belem in the first half of the twentieth century. We highlight the small number of sources on women educators, which makes it difficult to recover female visibility in the history of education in Pará. Our main source of research is *Revista Escola: Revista do Professorado do Pará*, we privilege Maria Antonieta Serra Freire and Nina Ayres as historical subjects. We ratify the importance and intellectual competence of both, regarding educational issues in Belem, mainly because it is a prestigious magazine at the time in question. Women who conquered space in the press and in the education of the State, at a time when, still, it was seen with some prejudice, the female work outside the private sphere, of the home.

Keywords: Woman; Education; Story.

Introdução

O presente texto é um esforço ensaístico, motivado duplamente pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero, Feminismos e Interseccionalidade (GPEGEFI). De uma primeira forma, porque configuramo-nos como pesquisadoras da Linha *História do Pensamento Educacional de Mulheres na América Latina* que compõe o referido grupo de pesquisa. Uma linha de pesquisa que tem por objetivo a produção de conhecimentos acerca da evolução do pensamento educacional latino-americano, investigando suas práticas, culturais e pedagógicas, com ênfase no contexto amazônida, entre os séculos XIX e XX.

E de outra forma porque estivemos participando do *Círculo de Saberes Populares de Mujeres Afrolatino americanas y caribenhas*, na organização da mesa intitulada *Diálogo, Mulheres e História da Educação*, que contou com a presença de ilustríssimas mulheres, dentre elas as profas. Dras. *Sônia Araújo*, *Vivian Lobato* e *Ana Lídia Nauar*, ambas representantes de ambiências universitárias públicas da cidade de Belém do Pará.

A Prof.^a Sônia Maria Araújo pautou sua fala na importância das pesquisas na Amazônia e na América Latina, destacando a mulher no pensamento educacional latino-americano. Enfatizou a importância de desvelar mulheres, biografias, para melhor compreendermos o sentido que assumiram no contexto de formação dos projetos nacionais de educação do país e da Amazônia. Destaca, ainda, o campo educacional como força molar de enfrentamentos à subalternização histórica de mulheres, quer seja no domínio político, econômico e intelectual.

A Prof.^a Ana Lídia Nauar que oportunamente constrói uma linha histórica da relação mulher e educação desde o Brasil Colônia, evidenciando a luta das mulheres por educação, o que se aprofunda em relação às mulheres não-brancas (negras e indígenas) que estiveram de forma mais expressiva excluídas desse processo.

E a Prof.^a Dra. Vivian Lobato que pautou sua fala na escrita de sua tese, em que se deteve nas memórias de professoras e alunas dos tempos de escola no Instituto Estadual de Educação do Pará (IEEP), no período entre 1940 e 1970, tomando essas mulheres como protagonistas dessa história, ao propor uma historiografia da instituição a partir dessas narrativas.

Estas nos levaram a refletir sobre diferentes questões relacionadas a interface mulher, história e educação e assim nos inspiraram a pensar sobre a invisibilidade do

protagonismo de mulheres educadoras na cidade de Belém, que muito contribuíram para a História da Educação na Amazônia paraense.

Observamos, ainda que, de maneira preliminar, o reduzido número de fontes disponíveis sobre a presença da mulher educadora em postos de comando nas escolas, como intelectuais e/ou enquanto proponente de políticas de formação. Mas, sabemos que elas existiram, e que diferente do que nos tentam fazer acreditar, temos desenvolvido pesquisas “arqueológicas” em busca desse reconhecimento e desse resgate como observamos em trabalhos como o de Maria Amélia de Almeida Teles (2018), que embora não se detenha especificamente da presença da mulher no campo educacional, resgata-nos a visibilidade à diferentes mulheres até então relegadas pela História constituída por homens.

Ao contrário, há fontes de toda a sorte sobre uma representação de mulher na história que se fez contada pelos homens, como prostitutas, loucas, bruxas, anárquicas e a-racionais (TEDESCHI, 2008).

Um levantamento sobre as produções dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA) realizado por Laura Alves, Nery e Livia Silva (2019), destaca que nos Programas de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA), no período compreendido entre 2005-2018, foram defendidas cinquenta e três dissertações e vinte e cinco teses, compreendidas na área da História da Educação.

Desses estudos, apenas duas teses trazem como objetivo principal fazer-se conhecer o pensamento educacional de mulheres na história e/ou sobre o reconhecimento da mulher como Intelectual, Educadora e proponente de paradigmas de formação. E, uma dissertação que tangencia a discussão, apontando a colaboração de mulheres com textos na Revista *A Escola*, embora não se aprofunde nessa questão, posto que seu objetivo orbitava em torno de questões outras, referentes à representação discursiva sobre a infância.

Sobre mulheres e seu pensamento educacional demarcado historicamente, encontramos a tese de Adriane Lima (2016, p.8) que centra sua investigação em uma concepção de educação para mulheres criada por mulheres, que seriam as intelectuais: Nísia Floresta (brasileira do estado do Rio Grande do Norte) e Soledad Acosta de Samper (Colombiana), compreendendo “esta concepção de educação com o processo de descolonização da América Latina”.

Já acerca do contexto paraense, a tese de Ana Maria Corrêa (2017, p. 8) detém-se sobre o pensamento educacional da professora paraense Ester Nunes Bibas e a sua produção da coletânea Didático-Pedagógica conhecida como *Páginas Brasileiras*, que se ocupava de proposições ao ensino primário do Estado do Pará. Uma pesquisadora que:

(sic)propõe romper com esse condicionamento histórico, ao direcionar todo processo investigativo para desvelar a trajetória pessoal, profissional e intelectual desta professora escritora com a intenção de apreender e compreender as contribuições e o lugar desta educadora e seus livros didáticos no seu tempo-lugar para a história da educação do Pará.

O estudo de Ana Maria Corrêa (2017) desponta como o único no seio do PPGED/UFPA que tenha se dedicado efetivamente ao pensamento educacional de mulheres na História da Educação no Pará.

Acerca das produções do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Laura Alves, Nery e Livia Silva (2019) apontam que entre os anos de 2007 e 2017, trinta e cinco dissertações foram defendidas no campo da História da Educação, e por ser um programa com Doutorado recém-aprovado, ainda não conta com defesa de tese. Dessas dissertações, não encontramos nenhum estudo que tomasse a mulher em seu protagonismo e contributos à educação no Estado do Pará.

Dessa forma, percebemos com Maria Amélia de Almeida Teles (2018, p.22) que “(sic) uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica”. Contudo, veremos a partir da próxima seção que essa opressão e violação não se deu sem lutas e resistências. De maneiras distintas, mulheres brancas elitizadas, órfãs e negras constituíram formas de contornar e confrontar suas realidades.

Entre o lar e a rua: resistência feminista

Ao tomar o feminismo como um ato político que reconhece uma estrutura de dominação específica relacionada às mulheres e como instrumento de enfrentamento ao poder patriarcal, segundo Maria Amélia de Almeida Teles (2018), também não deixamos de sobrelevar diferentes expressões desse patriarcado sociopolítico-econômico e ideológico, em decorrência de classe social e raça.

Por exemplo, no final do século XIX, com a abolição e a chegada da República, em se tratando de mulheres jovens e pobres, geralmente órfãs, cabia-lhes a vida em Escolas

Internatos, como o Colégio Nossa Senhora do Amparo, que tinha como objetivo principal formar criadas para casas de famílias abastadas, essas jovens substituíram o trabalho escravo, devendo considerar-se receptoras dessa grande “compaixão” da sociedade, segundo Elianne Sabino (2012).

Isto porque, a “ociosidade” da mulher pobre e a sua falta de instrução – para o trabalho – eram vistas como uma grande ameaça para si própria e para a sociedade, visto que poderiam pôr em risco os bons costumes e a moralidade burguesa da época, expondo os fantasmas que assombravam a elite branca brasileira e devastavam as classes populares: doença, jogo, as diferentes cores da pele, libertinagem sexual.

Para Baggio (1997), esses estabelecimentos tinham o dever de “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, ou seja, dar a classe pobre a educação proporcionada e fazê-la feliz na condição que a Providência Divina a colocou, qual seja, uma educação destinada para o trabalho doméstico. Assim como a mulher pobre, a educação também era pobre. Pobre, mas, “feliz”, visto que era a vontade de Deus que assim o fosse. Nesse sentido, Almeida (1998, p. 36) destaca:

há claras referências à pobreza das alunas e ao parco ensino a elas ministrado. Os pais dessas meninas, não raro, opunham-se a um tipo de instrução que ultrapassasse o socialmente aceito (sic) Educar essas jovens significava ensinar corte e costura, pois ler e escrever pouco lhes valeriam no futuro (sic) Para elas, bastaria a assinatura do nome e um pouco de leitura do missal.

Às jovens da alta sociedade destinava-se uma instrução um pouco mais ampliada do que a que se propunha às alunas pobres que, além das prendas domésticas, recebiam também uma educação que satisfizesse às suas “naturais e justas aspirações”; qual seja um refinamento do comportamento por meio de “certa instrução artística, uma leve cultura literária e as normas de etiqueta essenciais para o convívio social”, conforme explica Jane Almeida (1998, p.36).

E, assim, a educação doméstica – proposta e efetivada – com a intenção de pôr/manter cada uma no seu lugar, reforçava e mascarava, com naturalidade – e a bênção da Igreja – às diferenças sociais. Para as mulheres brancas e ricas, a reclusão era seu dever. O que predominava era o poder masculino, a mulher era destinada ao espaço doméstico, ser educadora do lar era sua principal função. O que Jane Almeida (1998, p.32) chama de “domesticidade das mulheres”.

Segundo Maria Amélia Teles (2018), embora um movimento feminista no Brasil tenha se constituído de maneira mais delimitada em suas concepções e práticas em meados da década de 1970, podemos dizer que houve desde há muito organização de mulheres que tanto travaram lutas por meio de movimentos políticos, armadas ou não, quanto resistiram, muitas vezes, com seus próprios corpos às imposições de papéis sociais e ocuparam espaços até então exclusivamente masculinos como foi o caso da participação de mulheres em guerrilhas.

Para Rafaela Costa (2011), intensifica-se uma relação de dominação no plano simbólico, a partir de instrumentos educacionais que legitimam a ideologia republicana que se colocava em franca defesa da construção de papéis sociais antagônicos e demarcados para homens e mulheres.

É dessa forma que os espaços de deliberação, poder, fala e atuação reconhecida historicamente esteve “destinada” ao sexo masculino enquanto grupo dominante que, por sua vez, para se manter nesse lugar privilegiado precisava da aquiescência do grupo dominado. E a educação foi um dos mecanismos utilizados para a manutenção dessa subserviência, como vemos no trecho a seguir:

Não sympatisamos (sic) nada com as mulheres-doutoras, apesar (sic) de sermos um idolatra da sciencia (sic). Não queremos com isto dizer que se deve conservar (sic) a mulher na ignorância, e sim que o seu gráo (sic) de instrucção (sic) seja adequado ao meio em que vive, às necessidades do seu ser social. Para que ella (sic) preencha o seu destino, convém que seja: filha respeitosa e obediente; esposa amante e sincera; mãe carinhosa e desvelada na educação de seus filhos. (VILHENA ALVES ¹apud RAFAELA COSTA, 2011, p. 78).

Associava-se a esse novo modo de ser mulher, a concepção de ideias rebeldes a muitas leituras, o que gerava desconforto ao modo pelo qual a mulher se comportava em sociedade. Foram árduos os caminhos percorridos, por muitas mulheres, para chegar ao espaço público, visto que, nesses espaços, a permissão para transitar era destinada a homens e mulheres negras ou pardas.

Para essas mulheres, donas de casa que tentavam escapar da miséria por seu próprio trabalho, arriscaram sofrer o peso da “mulher pública”. Em vez de ser admirada por ser ‘boa trabalhadora’, como o homem em situação parecida, a mulher com o trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a “poluição moral”, uma vez que o assédio sexual era uma constante e naturalizado, conforme Cláudia Fonseca (2000).

O trabalho, exercido por mulheres, tinha como principal função complementar a renda familiar e era visto como tal, mas nunca como profissão. Diante das possibilidades de profissionalização das mulheres, o Magistério era umas das poucas profissões aceitáveis pela sociedade brasileira no período em questão, porém, não associado à necessidade de ganhar a vida. A prioridade seria a criação e a educação dos filhos e o casamento. E somente depois a profissionalização, essa deveria ser a ordem das coisas, o que demonstra as resistências colocadas por essas mulheres, como aponta Michelle Perrot (1998).

Os espaços sociais estavam organizados tanto sob uma clivagem de gênero quanto de classe social. O que acontecia é que, às mulheres era vedada a possibilidade da vida pública respeitável. Aos homens, ao contrário, atribuíam-se mais prestígio quanto mais ocupava os espaços públicos – sociais, políticos etc. Contudo, tal sistema de valores impunha-se de maneiras distintas para mulheres da elite e para as mulheres da classe trabalhadora. As mulheres da classe abastada são submetidas a regramentos sobre a imagem, o comportamento, as vestimentas. A mulher da classe popular não era dada essa escolha. Estar ou não estar no espaço da rua, das feiras e mercados representavam uma necessidade de subsistência do trabalho, e de extensão das casas (MICHELLE PERROT, 1998).

Essa realidade não é dada sem resistência ou contestação. O que se dá das mais diferentes formas - a prostituição, os espaços de lavanderia e até mesmo os encontros para conversação, que segundo Michelle:

pela conversação, circula a informação e se elabora a crítica [...] As mulheres ocupam aí um lugar importante, não em igualdade com os homens, que são os únicos a serem escritores e filósofos, mas sim como donas de casa informadas, ouvintes atentas e curiosas, que discutem sobre tudo" (1998, p.60).

Houve desde a criação da ideia de democracia na antiga Grécia a constituição de categorias hierarquizadas de pessoas, que se dispunham como cidadãos ou não. Ainda no início do século XIX segundo Michelle:

"as mulheres não eram consideradas indivíduos, mas sim membros de uma família, a qual era representada pelo pai (sic) as mulheres, juntamente com os menores, os estrangeiros, e os pobres entre as categorias de cidadãos 'passivos' que tinham direito à proteção de sua pessoa e de seus bens, mas não à gestão da cidade que cabia exclusivamente aos cidadãos "ativos" (*leia-se os homens*) Grifo nosso (1998, p.71).

É, justamente nessa passagem do século XIX para o século XX, temos o começo de uma efervescência social advinda do Movimento Feminista Europeu e Norte-Americano, de acordo com Jane Almeida (1998), o que aqui no Brasil traduz-se por reivindicações ao direito à instrução, voto e sua atuação em vários espaços que até então era ambiente dominado pelo sexo masculino – o mundo público. Situação movida, principalmente, pela necessidade de complementar a renda familiar e, em alguns casos, sustentar a família. Isso levou a uma guinada na busca por autonomia relativa à emancipação da mulher, segundo Maria Amélia Teles (2018).

Conforme Maria Lúcia Muller (1999), com a chegada da República, com o aumento de escolas e de professoras houve uma conexão, imediata, do ensino público com a modelagem da nação e, logicamente, da mulher como professora. Ser professora, foi um dos caminhos para a mulher adentrar os espaços públicos, assim como as Revistas e Folhetins nas primeiras décadas do século XX no Pará. Para alguns, essas mulheres praticaram uma conduta desviante da norma, o que conduziu para uma discriminação, para os crimes passionais, para a insubmissão, para o ofício das letras, para a sobrevivência e para ser mulher.

O final do século XIX é, por excelência, o século dos Folhetins, das Revistas e dos Jornais. Escritos que serviram, perfeitamente, para definições, remodelações e normatizações de valores. Esse ambiente era dominado pela presença masculina, tendo em vista que a mulher era inspiração e não a mente que pensava e escrevia. “O que lhe cabe (sic) é uma vida sem história própria. Demônio ou bruxa, anjo ou fada, ela [se fazia de] mediadora entre o artista e o desconhecido (sic)”, palavras de Lygia Telles (2009, p. 403).

A mulher sempre foi escritora e educadora, mas foi no final do século XIX e início do século XX que elas publicam seus textos e ganham destaque na educação como normalistas. Começam a escrever para si e para os outros. De acordo com Constância Duarte (2018, p.28) “(sic) foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina(sic)”.

Assim, não só a educação como a imprensa foram instrumentos tanto para veiculação do ideário de mulher-mãe, ou seja, de determinados costumes e valores a serem seguidos pelas mulheres, como também significou “a emergência de um universo político e literário feminino que, por sua vez, permitiu uma maior visibilidade das mulheres” como nos admoesta Jane Almeida (1998, p.33).

Muitas optam pelos “desvios” possíveis. Utilizam a imprensa para expressar suas ideias de educação e emancipação, liberdade e igualdade. Por uma ótica do viver e ser feminino. Porém, as ideias e as representações masculinas sobre educação e mulher estavam tão impregnadas que, por mais que rejeitassem tal concepção, elas ainda refletiam em seus escritos.

Algumas mulheres fizeram da imprensa a difusora de seus pensamentos. Em função disso, muitas foram alvo de críticas masculinas, pois, segundo o patriarcado vigente, os escritos das mulheres deveriam apenas exteriorizar a alma feminina, seu recato sentimento; seus escritos não deveriam estar atrelado às lutas e transformações da sociedade, conforme nos elucida Constância Duarte (2018).

Ao considerar que, "o acesso a palavra pública foi tão difícil, tanto no plano profissional quanto no político" (MICHELLE PERROT, p. 67), é que ressaltamos a importância dessas duas educadoras que demarcavam com regularidade a presença feminina no periódico em tela, expressando-se como intelectuais já àquela época. Ainda que estivessem ocupando o espaço profissional possível que era o de professora, ainda que seu papel estivesse limitado à educação de crianças como extensão materna, "é sobretudo na área educativa que as mulheres - avós, mães ou tias - dão sua opinião, consciente do desafio que isso representa agora para seus filhos e às vezes para suas filhas" (p. 74), não podemos deixar de reconhecer a presença dessas mulheres em um periódico educacional como um exemplo, um registro de resistência.

Mesmo com contradições e limitações, essas mulheres, do início do século XX, ousaram, desviaram e transgrediram, propuseram-se aos “desvios” que aconteceram em boa medida, por meio da escrita e da educação.

Pensamento educacional de mulheres: uma trilha de migalhas

Ante poucos vestígios, seguimos, como na história infantilⁱⁱ, um rastro de migalhas. Triste para uma nação e um Estado, que parte importante de sua história esteja esfacelada em fânicos. Sabemos que isso não se deu desinteressadamente, que vários objetivos de invisibilidade, descrédito, violência e subalternidade estão contidos nesse que acreditamos ser um “projeto de esfacelamento histórico” e marginalização da figura da mulher como Pensadora, Intelectual e Autora.

Em nossas pesquisas, evidenciamos um grande silêncio sobre a história de mulheres educadoras ou não, levando a crer que é sobre as mulheres que o silêncio pesa mais. São

invisíveis. E perguntamo-nos: por que são invisíveis? Podemos dizer que é pelos silêncios das fontes. As mulheres deixavam pouquíssimos vestígios diretos, escritos ou materiais. Na verdade trata-se de um silenciamento imposto e como aponta Michelle Perrot (2005) "um apagamento de traços" por "uma ordem simbólica" (p.10). Encontrar fontes, documentos e ou qualquer vestígio de existência e participação dessas mulheres na Educação do Estado mostrou-se, pelos motivos expostos, o principal desafio.

De uma assimetria de representação na e pela História. Isto quer dizer que, não que as mulheres não estivessem lá, mesmo que fosse na resistência, na subversão em diferentes níveis da ordem estabelecida. Esse apagamento deu-se por diferentes questões: às mulheres foi negado o espaço público como espaço de atuação livre e respeitada; então, as fontes oficiais serão mesmo escassas de sua presença; e consoante a isso, uma historiografia que, já esteja com vício de origem, ao partir de um olhar "assexuado" da história "(sic)um olhar de homens sobre homens, os arquivos públicos calam as mulheres (sic)" (p.35); e de uma flagrante falta de vontade para fazer uma história que problematize as desigualdades de gênero, ou seja, "(sic) um déficit documental e de sua significação complexa" (p.35). Para superação desse quadro então, precisaríamos considerar um conjunto de fontes de naturezas diversas e mais abrangentes, do que só as oficiais e decorrentes da cena pública, segundo Michelle Perrot (2005).

A presença feminina nas fontes, arquivos e bibliotecas, muitas vezes, se dá pela prática feminina de outrora da leitura e da escrita, uma vez que até o início do século XX, boa parte dos escritos advindos de mulheres ocorriam no ambiente privado e mesmo íntimo, atrelado diretamente com a família, normalmente praticada à noite, longe dos olhares de outrem, no silêncio do quarto, para responderem às cartas recebidas, escrever seus segredos e angústias nos diários, contar sua vida. Correspondência, diário íntimo e autobiografia são fontes importantíssimas para quem pretende pesquisar sobre a vida e a educação de mulheres. E justamente por ser de caráter privado, encontrar esses materiais torna-se um desafio.

Assim como Tedeschi (2008), acreditamos que uma história das mulheres colocaria em debate a experiência e as subjetividades masculinizantes, tão privilegiadas no âmbito histórico, e que nos (des) educa também nesse percurso a celebrar em primeiro lugar a própria desigualdade de gênero e em consequência a sofrermos num projeto formativo, pautado em personalidades "(sic) aquisitiva, competitiva, agressiva, individualista e

dominadora, e por expressarem visão fechada, determinada, fixa, totalitária, previsível e idêntica”, Muraro (2002 *apud* TEDESCHI, 2008, p. 334).

É projeto dessa escrita a denúncia mais uma vez de uma racionalidade moderna androcêntrica, pautada em um patriarcado sistêmico, que nos atravessa, ainda, pela desigualdade, subalternidade e invisibilidade histórica das contribuições advindas de mulheres, como nos fundamenta (TEDESCHI, 2008, p. 332) ao destacar que “o androcentrismo que impregna o pensamento científico (sic) as próprias formas de conhecer, ensinar e aprender a história são problematizadas, expressando de forma privilegiada a experiência e perspectiva masculina”.

É importante que se enfatize que não nos ateremos à uma historiografia da formação de mulheres, que sabemos ser tema amplamente debatido e com justeza, uma vez que não podemos nos esquecer dos projetos ideológicos-patriarcais de educação de mulheres que se sustentam até hoje em nossas sociedades. Nosso intuito, porém, é que a despeito das realidades adversas, nós mulheres não cedemos a esse projeto sem resistência, sem luta, ou sem o atrevimento de buscarmos assumir papéis sociais pensados por nós mesmas, como protagonistas, como queremos demonstrar ter acontecido no caso da Educação.

Dentre essa trilha de migalhas históricas, chamou nossa atenção as escolas do Estado, cujos nomes homenageiam mulheres. Não ‘à toa’, procurávamos fontes que nos subsidiassem apresentar *Maria Antonieta de Serra Freire Pontes*, e uma das poucas referências a seu nome nas ferramentas de busca *on-line* é a atribuição de seu nome a uma de nossas escolas estaduais.

Descobrimos a partir do estudo de Maricilde Coelho (2008) que *Maria Antonieta de Serra Freire Pontes* foi diretora do *Grupo Escolar José Veríssimo*; e a segunda mulher a dirigir o Instituto Estadual de Educação do Pará (IEEP), em substituição à Prof^a Ambrosina Maia Sampaio, a primeira mulher a dirigir o Instituto, quando este já comemorava seus setenta e cinco anos de fundação, no ano de 1947, na redemocratização pós ditadura do Estado Novo. O que também, segundo essa autora, inaugurou um aumento significativo de mulheres no corpo docente da referida instituição.

Tais vestígios de informações sobre o protagonismo de mulheres no âmbito da História da Educação no Pará nos traz até a *Revista Escola – Revista Oficial de Ensino* – que segundo a pesquisa de Michelle Oliveira (2018) foi um periódico de natureza pedagógica, mas que também tinha cunho político, na medida em que se ocupava da divulgação dos

progressos, advindos da política educacional implementada no Estado. À época do ano de 1900, o diretor geral da Instrução Pública no Pará, Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira, conjuntamente ao secretário Augusto Olympio, funda a revista, respaldado pelo Decreto n. 625 de 1899, que constituía o próprio Regulamento Geral da Instrução Pública.

A estudiosa Rafaela Costa (2011) complementa, elucidando que vários periódicos pedagógicos, como a *Revista Escola*, serviam de instrumento de legitimação do ideário republicano, a partir das representações e dominação simbólica e pela oportunidade que um periódico de tiragem mensal proporciona à reprodução no ambiente escolar e para a colaboração do professorado da época com conteúdos cívicos e morais. Não ‘à toa’, que boa parte de seus redatores e colaboradores era composta por homens, como nos apresenta Michelle Oliveira (2018), e que uma de suas primeiras seções, se intitulava “Doutrina”.

Ainda, segundo Michelle Oliveira (2018), a *Revista Escola*, em cinco anos consecutivos de sua fundação, publicou mensalmente, com um total de sessenta edições ao todo. E como periódico, voltado para Instrução Pública Primária, tinha como principais interlocutores professoras (es) que, por Decreto, eram obrigados a aderir a uma assinatura descontada de seus proventos. Assim, as seções da *Revista Escola*, em suas primeiras edições representavam-se por “(sic) 1. Doutrina; 2. Contos e Biografias; 3. Exercícios Escolares; 4. Conselho Superior; 5. Administração; 6. Legislação e estatística e 7. Noticiário e Correspondência”, de acordo com Michelle Oliveira (2018, p. 80).

Conforme nos elucida a tese de Maricilde Coelho (2008, p. 139), “a Revista Escola foi a primeira revista pedagógica de iniciativa oficial a ser impressa no Pará”. Ao ser extinta, passa-se a ter uma publicação trimestralmente até o ano de 1908, do *Boletim Oficial da Instrução Pública*. A partir de 1911, com a reorganização do ensino primário, retoma-se a necessidade de um periódico pedagógico em circulação e, por isso, é lançada a *Revista do Ensino*, com circulação de apenas um ano, mas que é relançada no ano de 1918, com mais um ano de publicação. A autora supracitada, destaca ainda o periódico *Escola – revista do professorado do Pará*, que tem publicação entre o período dos anos de 1934 e 1936, ainda que de maneira irregular.

Não temos aqui a intenção de nos ‘debruçar’ sobre a análise profícua dos referidos periódicos, e sim de denotar sua importância no contexto socioeducacional e político no

início do século XX, e de que forma as mulheres aparecem nesse cenário e seus protagonismos.

No que diz respeito a *Revista Escola* (1900 a 1905), Michelle Oliveira (2008) destaca algumas mulheres que compunham a revista como colaboradoras, apontando uma imensa disparidade de espaço de fala, destacando apenas três mulheres colaboradoras (*Marianna Macedo de Vianna, Maria Amália Vaz de Carvalho e Cláudia Campos*) em um espectro de 10 homens ou mais, considerando que o foco do estudo da autora (2008) não foi desigualdade de gênero. Além dessa participação enquanto colaborador (a) havia também, segundo Michelle Oliveira (2008), discursos de professoras (es) primários, destacando os nomes das professoras *Josefina Joaquina, Flamídia Duarte Tavares, Germina Pinto*.

Acerca do periódico *Escola – revista do professorado do Pará* (1934 e 1936), Maricilde Coelho (2008, p.144) aponta que se constituiu em,

Instância privilegiada de informações pedagógicas, a *Escola – revista do professorado do Pará* legitimou práticas docentes, demarcou posições no campo educacional e contribuiu para afirmar o discurso da educação moderna que as teorias da escola nova prometiam. As normalistas Graziela Moura de Paula Ribeiro, Palmira Lins de Carvalho, Antonieta Serra Freire Pontes e Nina Ayres foram assíduas participantes da revista, publicando diversos textos pedagógicos. Elas escreveram seus nomes na História da Educação do Pará

A pesquisadora dá destaque para *Graziela Moura de Paula Ribeiro, Palmira Lins de Carvalho, Antonieta Serra Freire Pontes e Nina Ayres*, mas há outras referências no decorrer de seu texto de contributos de outras mulheres, tais como: a professora normalista Hilda Vieira com o texto *A escola renovada e a criança*; e *Invocação patriótica* (versos), de Naíde Vasconcelos, publicados em Junho de 1934, número dois da referida revista.

No número três da revista, de agosto de 1934, temos: *A Escola Nova e sua finalidade*, da professora normalista Corina Lassance Cunha; *Instrução*, da professora normalista Julieta Góes das Dores; *Centro de Interesse*, da professora normalista Emília Henderson Loureiro; *A atividade humana*, da professora Luiza Valente Lobo; *Histórico de Ramos Pinheiro*, da professora Josefina Rabelo; *Liberdade e instrução*, da professora normalista Alexandrina Rangel de Castro Rocha; e *Os processos da escola ativa no Pará*, da professora normalista Palmira Lins de Carvalho, informa Maricilde Coelho (2008).

Textos das professoras *Maria Leal Uchoa Martins: Aplicação do método ideovisual*; e da normalista *Bellatrix Bezerra de Albuquerque* com o texto *Professor Severiano Bezerra de*

Albuquerque, que aparecem na quarta edição da revista em maio de 1935. E os textos das mulheres na edição cinco de setembro de 1935: *A alma do educador*, da professora *Almira da Silva*; *Síntese de uma palestra de filosofia pedagógica*, da professora *Osmarina Pimenta*; *Ensaio de crítica literária*, da professora normalista *Maria das Graças Maroja*; e *O ensino no estrangeiro – a High School*, por *Laura Jacobina Lacombe*, como nos aponta *Maricilde Coelho* (2008).

Todas essas mulheres que até hoje não foram sobrelevadas à condição de intelectuais, e reconhecimento pelos seus contributos à História da Educação no Pará, tal qual se fez a *Dalcídio Jurandir* e *José Veríssimo*, por exemplo. Portanto, utilizaremos dessas linhas para destacar alguns textos e publicações de *Antonieta Serra Freire Pontes* e *Nina Ayres*.

Antonieta Serra Freire Pontes e Nina Ayres: intelectuais da educação no Pará

Sabemos muito pouco, ou quase nada a respeito da vida, e as atividades profissionais dessas mulheres, tudo o que sabemos resume-se aqui a partir desses diferentes fragmentos de história pinçados aqui e ali, em fontes e pesquisas que as apontam de maneira tangencial e sem profundidade.

Por isso, esse ensaio é um convite ao remonte dessa história necessária de ser contada, porque como diz *Adélia Miglievich-Ribeiro* (2018), Nós mulheres, somos relevantes, e nossas inteligências merecem destaque, assim como nossos contributos. Por ora, vamos introduzi-la como intelectuais da história da educação no Pará, a partir da representatividade em números dos escritos publicados no periódico em análise - *Revista A Escola*, no período de 1935.

Vimos que, tanto *Antonieta Serra Freire Pontes* como *Nina Ayres* foram professoras normalistas e escritoras, homenageadas com seus nomes dados a escolas do Estado do Pará. Mulheres Intelectuais que tiveram artigos publicados na *Revista A Escola: Revista do professorado de Belém*.

Por que estamos tomando *Serra Freire* e *Nina Ayres* como intelectuais? De maneira simples, podemos dizer apoiadas ao pensamento de *Adelia Miglievich-Ribeiro* (2018) que para ser uma intelectual basta-lhe reconhecer o “poder da caneta”, quer dizer, o “(sic) poder de desvelar e mover o mundo e a si mesmas no mundo” (p. 19). Um estilo de vida, de mulheres que se movem “(sic) em lugares de confluências entre o conhecimento científico, a criação literária artística e o debate livre de ideias”. E, destaca: “Uma mal explicada

humildade recusa à mulher um título que também é seu: intelectual. Basta que ela tenha como matéria-prima de seu labor diário o pensamento e como mote de vida a comunicação do pensamento” (p.18).

Nesse sentido, não há outra forma de representar essas duas educadoras que outra coisa não fizeram senão irromper espaços dominados por homens e obliterados às mulheres, para se impor como intelectuais, como pensadoras e propositoras de ideários educacionais.

Antonietta, em um dos seus textos, intitulado *Tramatisação Geographica*, a educadora e autora ensina a geografia paraense por meio de poema, destinando cada estrofe a uma região. Vejamos parte do poema.

(Pará, declama)
Deste encantado vale,
Onde há tudo em profusão,
Não há quem me iguale,
Em riqueza e situação.
Acre e Amazonas, também
Possuem grande riqueza,
Mas o Pará é, porém
O detentor da beleza.
(Baixo Amazonas, entrando)
Porém das vastas zonas
Por ti aqui ocupadas,
Cabe ao baixo Amazonas
Ser das mais apreciadas.
(Salgado, entrando)
Alto lá! Onde estou eu??
A região do salgado!
O meu solo, como o teu,
É fértil e mais variado.
(sic)
(Santarém, entra, canta e dança)
Santarém é a primeira
Das cidades do Pará
No tapajós altaneira,
Quase na foz ella está.

Fonte: *Revista Escola* (Maio de 1935). Biblioteca Pública Arthur Vianna do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR)

Percebemos que Serra Freire ocupou um lugar de destaque, pois, ter espaço na referida revista, era um sinal de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por ela. A sua forma de ensinar, como bem testemunha o poema apresentado, já demonstrava a competência e talento na escrita, na criação e na arte literária.

É fato que as mulheres foram ditas como inferiores aos homens, em todas as esferas, tais como: social, histórica, política e cultural. Mas quantas mulheres que ainda estão silenciadas, eram professoras, poetisas, escritoras como Serra Freire? Silêncio, invisibilidade e o não reconhecimento do seu papel histórico, criado por política do patriarcalismo, voltada para questionar a capacidade intelectual das mulheres, neutralizando o seu direito de (re)construir como sujeito ativo da história. Para Bonnici (2007), na arena cultural e literária, a experiência feminina sempre era vista de uma forma não valorativa, justamente por ter sido um campo exclusivamente masculino.

Outra mulher com espaços na revista é a normalista Nina Ayres, em seu artigo, cujo título é *“O professor perante as grandes renovações da época”*, publicado na Revista - A Escola - em agosto de 1934. Nesse artigo, Nina demonstra um domínio e conhecimento impecável da importância das novas ideias pedagógicas, advindas da Escola Nova. Além disso, enfatiza a relevância dessas ideias para a educação do povo e das crianças do interior do Pará.

Belém, que quase nada deixa a desejar marchando a passos largos na excursão das novas pegadas pedagógicas, tornando a sua acção (sic) cultural, sobre todas às classes, cada vez mais eficiente, deve voltar com clemencia (sic) o olhar para o interior do Estado. É na aldeia, villa (sic) ou cidade, onde urge grande necessidade de pessoas com sabedoria e amor. Pois dadas as innumeras(sic) dificuldades. (NINA AYRES, 1935, p.36).

Como observamos, Nina era uma mulher consciente das mudanças ocorridas nacionalmente, sobretudo com as ideias pedagógicas que a Escola Nova tanto clamava. Além disso, demonstra, com seu texto, a importância da educação nos lugares mais distantes no interior do Estado. Nina assim se posiciona como sujeito histórico e testemunha do seu lugar “no dia em que o interior for intellectualmente (sic) saneado não ouviremos mais o ecoar (sic) lugubere (sic) das palavras do padre Antônio Vieira” e o cita “Não sei que mal maior faz a esta gente se a doença ou a ignorância” (NINA AYRES, REVISTA A ESCOLA, 1935, p.36).

Aqui apreciamos toda a intelectualidade de Nina, tanto na escrita, no cuidado e refinamento do texto, quanto em seu domínio de leituras que a levasse a pensar sobre a ignorância do povo do Pará, ignorância que ainda persistia na década de trinta do século XX. Sob essa perspectiva, podemos dizer que Nina Ayres, na medida em que se fazia presente na revista, tendo espaço para expressar suas ideias e aspirações fazia-se apreciar e ser respeitada pela intelectualidade que tinha em seu tempo. Lugar que outrora era dominado pelo sexo masculino. Podemos dizer que ela era uma profissional das Letras, uma educadora

num terreno minado por ideologias patriarcais, e monopolizado por homens. Dessa forma, o artigo fecha com a seguinte frase: “- *Professores paraenses, construamos a grandeza do nosso Estado sobre a obra renovadora da educação*”.

Atuando em periódicos, jornais e revistas, essas mulheres, com suas inquietações e conselhos, em crônicas, cartas e outros gêneros textuais, demonstraram suas aspirações com ideias novas sobre a educação, como fez Nina Ayres. E tentaram trazer para educação a arte como fez Serra Freire. Elas e outras, que ainda estão silenciadas, favoreceram o debate sobre várias questões, como: educação, emancipação, direito ao voto etc., contestando, mesmo que de forma discreta, as imposições ideológicas que impediram a liberdade e o direito das mulheres na participação efetiva na vida social brasileira e, no caso, paraense.

A participação de ambas na revista e a publicação de seus respectivos textos, nos ajuda a compreender a capacidade intelectual e a reivindicação de igualdade nos espaços da imprensa. Segundo Michelle Perrot (2013), as mulheres têm consciência do papel da imprensa na opinião pública. Elas tomam as tribunas com tanto profissionalismo e também com muito idealismo. Ressaltamos, porém, que a educação e a instrução foram decisivas para essa reconfiguração social, visto que favoreceu uma nova percepção da figura feminina, abrindo caminhos para outras áreas de atuação para esse sujeito histórico.

Considerações finais

Passados mais de setenta anos desde a denúncia de Simone de Beauvoir (2009, p. 78), em 1949 de que “Toda a história das mulheres foi escrita pelos homens”, ainda engatinhamos para nossa retirada da escuridão e invisibilidade dos protagonismos e contribuições em todo o percurso histórico desde a colonização. Isso também é tema de apontamento de diferentes autoras e autores aqui citadas (os). Vimos a quase que total inexistência de trabalhos no âmbito da História da Educação que se ocupem de sobrelevar mulheres como intelectuais e pensadoras do campo educacional.

Contudo, acreditamos que foram mulheres que, a sua maneira, demonstraram que é possível romper com o preconceito sobre o trabalho feminino, mostraram que eram competentes intelectualmente, para falarem, discutirem e escreverem sobre um tema tão caro como a educação, com destaque em uma revista de tamanho prestígio à época. Conquistaram a seu modo, o trabalho feminino remunerado para além das fronteiras do lar. Nina Ayres e Maria Antonieta Serra Freire tinham a consciência de que a revista *Escola*:

Revista do professorado do Pará era um espaço privilegiado para a produção e divulgação de suas ideias sobre educação.

Ambas conquistaram espaço na imprensa e na educação do Estado, onde puderam dar voz a mulher educadora e escritora, mostrando competência intelectual, rompendo os muros do privado e ganhando o público, agora não apenas como filhas, irmãs, esposas, mães e avós, e contribuindo para que hoje pudessem ser sujeitas da história que por hora contamos. E ainda temos muito a contar. Quais foram os desvios, caminhos e atalhos que ambas tiveram que passar? Bem se os desvios foram possíveis e brechas foram abertas, o fato é que Nina e Maria Antonieta, aproveitaram a ocasião. “O domínio das calças está para acabar” (AZEVEDO, 1999 *apud* VALÉRIA SOUTO-MAIOR, 2000, p. 499).

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v.79, n.191, p.31-41, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1041>. Acesso em: 4 dez 2020.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo; NERY, V. S. C.; SILVA, Livia Sousa da. **Cartografia das produções em História da Educação nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Pará (2005-2018)**, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47252>. Acesso em: 4 dez 2020.

BAGGIO, H. D. **Padre Siqueira, uma resposta à educação do menor carente no Brasil**. Petrópolis: Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BONNICI, T. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará (1920 - 1940)**. 2008. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Acesso em: 4 dez. 2020.

CORRÊA, Ana Maria Maciel. **A trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica: Ester Nunes Bibas e a educação do Pará**. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9490>. Acesso em: 4 dez 2020.

COSTA, Rafaela Paiva. **A formação de professores da Primeira República no Pará (1900-1904)**. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em

Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2818>. Acesso em: 4 dez. 2020.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX** Dicionário ilustrado. São Paulo: Autêntica, 2018.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 510-553.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Educação para mulheres e processos de descolonização da América Latina no século XIX: Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper**. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8373>. Acesso em: 4 dez. 2020.

MENDES, I. A. Francisco Ferreira Vilhena Alves e os Saberes Aritméticos na Revista A Escola: Revista Oficial de Ensino (1900-1905). **Revista Acta Scientiae**, Canoas, v. 21, p. 43-61, mai./jun. 2019.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Prefácio**. O poder da caneta: mulheres intelectuais na América Latina. LIMA, Adriane Raquel Santana de. Educação para mulheres na América Latina: um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

MULLER, Maria Lúcia. **As construtoras da nação: as professoras primárias na Primeira República**. Niterói: Intertexto, 1999.

OLIVEIRA, Michelle Araújo de. **Concepções de infância e educação nos discursos do periódico A Escola – revista oficial de ensino do Pará (1900 a 1905)**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10912>. Acesso em: 4 dez. 2020.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SABINO, Elianne Barreto. **Assistência e a educação de meninas desvalidas no colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1850-1889)**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUTO MAIOR, Valéria Andrade. Josefina Álvares de Azevedo. In: MUZART, Z. L. **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 484-489.

TEDESCHI, L. A. O fazer histórico e a invisibilidade da mulher. **OPIS**, Goiás, v. 7, n. 9, p. 329-340, mar. 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do pensamento feminista no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 669-672.

Fonte Documental:

Revista A Escola, 1935. Biblioteca Pública Arthur Vianna, do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR).

Notas

ⁱ O educador Francisco Ferreira Vilhena Alves foi um dos redatores da *Revista A Escola* no período de 1900 a 1905. Paraense nascido na cidade de Vigia (1847-1912). É reconhecido por sua atuação em diferentes setores do sistema educacional do estado do Pará no final do século XIX e início do século XX, sobretudo no que diz respeito à instrução pública do Pará no período de 1890 e 1910, conforme nos informa Mendes (2019).

ⁱⁱ Referência ao conto Infantil *João e Maria* dos irmãos ingleses Grimm.

Sobre as autoras

Livia Sousa da Silva

Doutora em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará; e Vice-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Feminismos e Interseccionalidade e Coordenadora da Linha de Pesquisa História do pensamento educacional de mulheres na América Latina (GEPEGEFI/UFPA/CNPQ). Email: liviasilva@ufpa.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1652-1041>.

Elianne Barreto Sabino

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Vice-coordenadora da Linha de Pesquisa História do pensamento educacional de mulheres na América Latina (GEPEGEFI/UFPA). Email: eliannesabino2018@gmail.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2593-0402>.

Recebido em: 15/05/2021

Aceito para publicação em: 14/06/2021